

OS SALÁRIOS E A URV

Luiz Carlos Bresser Pereira

Folha de S. Paulo, 24.2.94

Abstract: Diante da eminência do início da segunda fase do Plano FHC - a fase URV - os temores em relação aos salários tornam-se dominantes na sociedade. Há uma pergunta partilhada por quase todos: "O que vai acontecer com os salários, se estes forem convertidos para a URV pela média?" Ou então: "Quanto vão perder os salários com a conversão para URV?"

Diante da eminência do início da segunda fase do Plano FHC - a fase URV - os temores em relação aos salários tornam-se dominantes na sociedade. Há uma pergunta partilhada por quase todos: "O que vai acontecer com os salários, se estes forem convertidos para a URV pela média?" Ou então: "Quanto vão perder os salários com a conversão para URV?"

A resposta a essa segunda pergunta, supondo-se que se use como base o salário médio real dos últimos doze meses, é simples: não vai haver perda alguma, (1) desde que a inflação em seguida à reforma monetária seja próxima de zero; ou, não o sendo, desde que a inflação sobreveniente seja compensada por reajustes salariais que mantenham, a partir daí, o salário médio real; e (2) desde que não tenha havido imediatamente antes do plano uma aceleração da inflação que torne a média de doze meses inferior à dos últimos meses; ou, caso isto tenha acontecido, se não seja prevista uma compensação para o fato.

Se o plano de estabilização for plenamente bem sucedido e a inflação zerar, os salários nada sofrerão em seguida. Se a inflação retomar na nova moeda, será naturalmente necessário que os salários também voltem a ser corrigidos. Por algum tempo, e desde que a inflação sobreveniente seja baixa, será razoável que, graças a um acordo social, os salários nominais sejam mantidos constantes. A pequena perda decorrente poderá ser compensada pela retomada do desenvolvimento.

O salário real em URVs deverá ser obtido dividindo-se o salário no dia do pagamento (conceito caixa, portanto) pelo valor da URV nesse dia. Para se obter o salário médio real de doze meses, considerando-se que o trabalhador

recebe seus salários em duas parcelas, será necessário tomar os 24 valores pagos, dividir pela correspondente URV do dia, somar e dividir por 24.

Feita a conversão de cruzeiros para URVs nesses termos, se houver ocorrido uma redução dos salários real nos últimos meses devido à aceleração da inflação ocorrida a partir de dezembro último, será necessário estabelecer-se um fator de correção. Ou seja, a conversão deverá ser feita por um valor um pouco acima da média dos últimos doze meses. A aceleração da inflação, portanto, apenas sugere uma correção da média, não o abandono do critério em favor do pico.

Mas, e se as conversões dos preços das mercadorias e serviços forem feitas principalmente pelo pico e não pela média. Nesse caso, como não foi possível levar em consideração esse fato no cálculo dos salários dos últimos doze meses, será necessário que o governo ou que instituições de pesquisa confiáveis façam imediatamente um levantamento de quanto estão as conversões se afastaram da média. Esse afastamento será transformado pelas partes que negociam em um fator de correção, que, somado ao anterior, deverá ser usado para corrigir o salário médio dos últimos doze meses.

Neste caso a conversão estará sendo feita por um valor intermediário entre a média e o pico. Tem-se afirmado que tal fato inviabilizaria o plano. Sem dúvida, o ideal seria que todas as conversões fossem feitas pela média, mas se não o forem, o plano ainda poderá ter êxito. A principal consequência negativa será uma aceleração da inflação imediatamente em seguida às conversões, o que obrigará o governo a adiar um pouco a reforma monetária, para que a aceleração da inflação fique ainda em cruzeiros e não na nova moeda. As conversões, entretanto, terão o resultado principal desejado de eliminar as defasagens nos aumentos de preços - defasagens que desequilibram os preços relativos e inviabilizam hoje uma âncora cambial. O segundo fator de desequilíbrio dos preços relativos que uma conversão pela média neutralizaria - a variação no prazo de reajustes de preços das empresas - não seria neutralizado pela conversão fora da média, mas é razoável admitir que essas variações hoje são pequenas: a maioria das empresas reajusta seus preços mensalmente.

Em qualquer hipótese, entretanto, é essencial que a reforma monetária zere o passado. A partir dela e de uma conversão cujo objetivo fundamental será garantir a manutenção do salário médio real, é necessário esquecer não apenas perdas passadas, mas também o sistema de datas-base. Conforme

observou Hércio Tokeshi em artigo nesta *Folha* (10.12.93), para o êxito do plano é necessário que a partir da reforma monetária os trabalhadores fiquem livres para negociar seus salários, não podendo valer acordos ou normas anteriores, que previam, por exemplo, que na data-base os salários seriam corrigidos por toda a inflação do último ano. Se isto ocorrer, todo o processo neutro, sem ganhadores nem perdedores, de conversão estará prejudicado.

Escrevo este artigo da maneira mais clara possível pensando nas negociações que terão que ser iniciadas em breve entre trabalhadores e empresários intermedidas pelo governo. Nelas o governo terá um objetivo claro: preservar o poder aquisitivo dos salarizados, garantir a neutralidade distributiva do plano. As considerações acima levam nessa direção. Mas estas idéias precisarão ser amplamente discutidas e negociadas. Para isto é necessário um debate público, como eu estou fazendo aqui, e também um debate formal e razoavelmente reservado (não secreto) entre lideranças sindicais e empresariais sob a égide do governo.

O Plano FHC é a primeira tentativa séria, em quatro anos, de acabar com o mais grave mal que a economia brasileira enfrenta. Ele prevê um mecanismo basicamente de mercado para garantir o equilíbrio dos preços relativos no momento da estabilização - a URV. Mas os mecanismos de mercado jamais são perfeitos. Por isso, além de controlar os monopólios e oligopólios, como, aliás, o governo já está se preparando para fazer, um acordo social mínimo é necessário. Apesar de saber que ainda existem líderes sindicais e políticos populistas prontos a defender salários de pico em qualquer circunstância, tenho motivos objetivos para acreditar que os trabalhadores brasileiros estejam hoje muito melhor preparados do que há cinco ou seis anos atrás para fazer um acordo pela média e não pelo pico. Um acordo que coloque como objetivo fundamental o controle da inflação de forma civilizada, sem a violência e os prejuízos imprevisíveis que ocorrem quando a estabilização é precedida de hiperinflação. (*Folha de S. Paulo*, 24.2.94)

(787SALAR.DOC)